



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 362-B, DE 2019

(Do Sr. Alceu Moreira)

Acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação, com emenda (relatora: DEP. MARÍLIA ARRAES); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária deste, e da Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família (relator: DEP. FELIPE RIGONI).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Seguridade Social e Família:

- Parecer da relatora
- Emenda oferecida pela relatora
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei Nº ____, 2019. (Do Sr. Alceu Moreira)

Acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acresce artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, de modo a determinar a responsabilidade civil perante o Poder Público e da Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave, em razão de estar sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa.

Art. 2º. A Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 927-A:

Art. 927-A. Aquele que causa acidente com dolo ou culpa grave, além de indenizar a vítima, responde pelos gastos dispendidos pelo Sistema Único de Saúde para socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima e de si próprio.

§ 1º O agente causador do fato também responde pelos auxílios e pensões gastos em decorrência do acidente.

§ 2º Na hipótese deste artigo, o crédito da vítima terá preferência em relação aos demais.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição foi apresentada, na legislatura anterior, pelo ilustre Deputado Daniel Vilela.

Busca-se acrescentar artigo ao Código Civil, de modo a permitir que o Sistema Único de Saúde ingresse com ações voltadas à recomposição de recursos públicos gastos com vítimas de acidentes de trânsito causados por motoristas embriagados ou drogados. O dispositivo que se pretende acrescentar ao diploma possui a seguinte redação:

Art. 927-A. Aquele que, na direção de veículo automotor, pratica crime de homicídio ou lesão corporal com capacidade psicomotora alterada em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

razão de estar sob a influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência nos termos dos parágrafos do art. 306 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, responde pelos danos provocados ao Sistema Único de Saúde em forma de dispêndio de recursos para socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima.

Parágrafo único. O agente causador do fato também responde pelos danos acarretados em razão desse fato ao Sistema Único de Saúde em forma de dispêndio de recursos para o próprio socorro, atendimento e tratamento à saúde.

Em novembro de 2011, o ministro da Previdência Social e o Presidente do INSS ingressaram na Justiça Federal com uma ação regressiva de cobrança contra um motorista embriagado que havia matado cinco pessoas e lesionado outras três em uma rodovia no Distrito Federal. A ação foi a primeira deste tipo ajuizada no Brasil, sendo nela alegado que, em virtude da conduta do réu, o INSS já havia desembolsado R\$ 91.000,00 em auxílios e pensões para os filhos de uma das vítimas.

Apesar de os autores da demanda terem salientado na ocasião o alerta que a medida representava para quem gosta de dirigir sob a influência de álcool, o ajuizamento da ação gerou imediata controvérsia no mundo jurídico, surgindo argumentos a favor e contrários à constitucionalidade e legalidade deste tipo de medida.

A seguridade social revela-se como um seguro público de caráter geral e obrigatório, o qual tem a finalidade de garantir aos respectivos beneficiários saúde, previdência e assistência social. Na Constituição Federal brasileira, ela tem por finalidade cobrir riscos sociais decorrentes da vida moderna, criando uma rede protetiva para assegurar um padrão mínimo de dignidade a qualquer pessoa diante de possíveis insucessos e surpresas que a vida reserva.

Tendo em vista o conceito, pode-se afirmar que, em caso de acidentes, a seguridade social, primeiro mediante o SUS, e, depois, através do INSS, tem a finalidade de, inicialmente, garantir a vida e a integridade física do segurado para, depois, assegurar a sua subsistência e de seus dependentes.

A atuação do Estado neste caso, portanto, tem um caráter nitidamente social, mesmo alimentar, e não a finalidade de reparar danos. Não à toa, o artigo 7º, inciso XXVIII, da Carta da República deixa clara a existência de responsabilidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

civil do empregador perante o empregado nos casos de acidente de trabalho, independentemente do pagamento de pensões pelo INSS. A saber:

Art. 7º, inciso XXIII, da CR: seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Considerado o quadro, se admitirmos a possibilidade de o INSS ou o SUS ingressar com ações regressivas sempre que houver um acidente – seja de trânsito, de trabalho, ou qualquer outro – nós estaremos desvirtuando a própria finalidade do seguro social instituído pela Carta da República, o qual tem o objetivo precípuo de cobrir os riscos sociais a que todos estamos sujeitos na vida moderna.

Atualmente, em 99,9% dos casos nos quais ocorre um acidente, atribui-se a culpa ou o dolo a alguém. A própria cultura moderna e o desenvolvimento tecnológico deixam cada vez menos espaço para a existência de acidentes decorrentes de meros casos fortuitos e força maior.

Recordo que, mesmo por ocasião do tsunami que vitimou centenas de milhares de pessoas no leste asiático, considerou-se – não sem razão - que o número de vítimas poderia ter sido muito menor se houvesse um sistema de alerta apropriado para avisar as pessoas sobre a necessidade de deixar as praias.

Ou seja, por mais que o tsunami seja um evento natural catastrófico, talvez um exemplo clássico de caso fortuito, considerou-se a ausência de instalação de um sistema de alerta pelas autoridades uma das causas pelo elevado número de vítimas, atribuindo-se ao Poder Público daquela região algum grau de culpa pelas mortes.

Em outras palavras, mesmo nos casos de catástrofes naturais, as quais antes eram consideradas exemplos clássicos de caso fortuito, costuma-se atribuir responsabilidade a alguém em virtude da falta de planejamento para prevenir a ocorrência de danos causados por eventos que a tecnologia tornou previsíveis.

Assim, se abrimos as portas para que os órgãos públicos entrem com ações regressivas em qualquer caso no qual haja negligência, imprudência ou imperícia, poderemos começar a indagar até mesmo sobre a necessidade e constitucionalidade de se cobrar um elevado número de tributos da população, os quais são voltados justamente para cobrir os custos do sistema de seguridade social.

Nestes casos, ao revés, tornar-se-ia legítimo cobrar apenas tributos para viabilizar a existência de um fluxo de caixa para os órgãos públicos, os quais serviriam para custear as pensões e tratamentos enquanto não fosse encerrada a ação regressiva.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por outro lado, conforme o artigo 194, parágrafo único, inciso V, da Carta da República, compete ao Poder Público nos termos da lei, organizar a seguridade social, de maneira a assegurar a equidade na forma de participação no custeio.

Tendo em vista este dispositivo, considero que se beneficia de forma desproporcional do sistema de seguridade social aquele que, com dolo ou culpa grave, causa um acidente, gerando ônus de custeio desproporcionais ao sistema e ao resto da população.

Restringir que os órgãos públicos, nestes casos, ajuízem ações regressivas significa confundir a existência de um sistema de seguro para cobrir riscos sociais com impunidade. Quem por culpa grave ou dolo gera ônus desproporcionais de custeio ao sistema, até em virtude do princípio da equidade, deve contribuir com valores adicionais, independentemente da existência de responsabilidade civil perante a vítima.

A gratuidade do atendimento pelo SUS não impede o posterior ajuizamento de ação regressiva, cujo objetivo é justamente reduzir os ônus desproporcionais causados aos demais contribuintes do sistema de saúde. A responsabilidade social coletiva, vale dizer, não deve autorizar a absoluta irresponsabilidade de alguns poucos.

Dirigir um carro sujeita a todos nós a um risco social ordinário e todos nós estamos sujeitos a causar um acidente de trânsito em um momento de desatenção. Não obstante, quem se embriaga, consome drogas e dirige em altíssimas velocidades assume um risco que vai muito além dos riscos naturais da vida moderna. Entendo não competir a toda a sociedade, mediante tributos, custear a grave irresponsabilidade de alguns.

Não se trata nestes casos de tributo, e sim de indenização, sendo importante lembrar já ser comum o ajuizamento de ações pelo Poder Público voltadas a reparar a prática de lesões a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Estabelecida a premissa, destaco que, no projeto principal, o ajuizamento da ação regressiva pelo Poder Público fica restrita aos casos nos quais constatada a prática do crime previsto no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro enquanto, no projeto de lei em apenso, a ação regressiva poderá ser ajuizada em qualquer caso no qual constatado o dolo ou a culpa grave.

Considero o projeto em apenso mais adequado. Primeiro porque a culpa grave ou o dolo não são apenas decorrentes do uso de álcool ou drogas, mas podem também serem consequência de outras causas, tais como o elevado excesso de velocidade, o uso abusivo de medicamentos, a grave negligência na manutenção de peças de segurança entre outros fatores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por sua vez, é sabido que a responsabilidade civil é independente da responsabilidade penal, não sendo de bom alvitre vincular a possibilidade de ajuizamento de ação regressiva no campo cível a uma previa condenação criminal. Tal vinculação faria com que frequentemente houvesse a necessidade de se aguardar anos até a conclusão do processo criminal, o que não me parece razoável.

Há outros pontos ainda que merecem ser relacionados.

Primeiro, o Sistema Único de Saúde não é uma pessoa jurídica, que pode ser autora de ações judiciais, mas apenas um sistema que integra a União, os estados e os municípios em uma cogestão. Desse modo, não cabe colocar no projeto de lei que será o Sistema Único de Saúde aquele a ser reparado.

Em segundo lugar, a vítima pode ser integrada a outros regimes de previdência, que não o gerido pelo INSS. Apenas para exemplificar, se a vítima for um servidor público os auxílios e pensões serão pagos pelo regime próprio de previdência, e não pelo INSS. Desse modo, não creio ser de boa técnica que na lei haja referência expressa ao INSS, pois é possível que outras entidades também sejam legitimadas a ajuizar a ação regressiva.

Terceiro, é importante estabelecer uma regra geral para todos os casos, e não apenas para aqueles referentes à direção de veículo automotor. É preciso lembrar que acidentes causados com dolo ou culpa grave ocorrem não apenas no trânsito, mas em diversas situações. Basta lembrar os frequentes naufrágios que ocorrem em águas brasileiras em virtude da superlotação da respectiva embarcação.

Finalmente, é preciso garantir que o ajuizamento da ação regressiva pelo Poder Público e pelo órgão previdenciário não venha a prejudicar a própria vítima dos danos causados pelo agente que cometeu o acidente com dolo ou culpa grave. Isto porque, de acordo com o ordenamento jurídico em vigor, uma vez encerrada ação regressiva, o crédito formado em benefício do Poder Público terá preferência em relação ao crédito de eventual vítima que ingressou com ação de reparação de danos.

Se o causador do acidente não tiver bens suficientes para reparar tanto a previdência, quanto o SUS, quanto a vítima, esta última acabará por ser prejudicada em decorrência da ação regressiva ajuizada pelos órgãos públicos, pois não sobrarão bens para indenizá-la pelos prejuízos provocados pelo causador do acidente.

Na hipótese de ação regressiva, desse modo, é preciso estabelecer que o crédito da vítima do acidente tem preferência em relação ao crédito judicial formado em benefício do Poder Público e do órgão previdenciário.

Desse modo, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em 01 fevereiro de 2019.

Deputado **Alceu Moreira**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

.....

**CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS**

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([*Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015*](#))

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)](#)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000\)](#)

a) [\(Alínea revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000\)](#)

b) [\(Alínea revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 2000\)](#)

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998*)

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (*Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 2013*)

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

- III - sobre a receita de concursos de prognósticos;
- IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. [*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)*](#)

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. ([Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do *caput* deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 47 de 2005](#))

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, *a*, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, *b*; e IV do *caput*, serão não-cumulativas. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003](#))

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, *a*, pela incidente sobre a receita ou o faturamento. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003](#))

.....

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

PARTE ESPECIAL

LIVRO I DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

TÍTULO IX
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Art. 928. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO XIX
DOS CRIMES DE TRÂNSITO

**Seção II
Dos Crimes em Espécie**

Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.760, de 20/12/2012)*

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. *(Redação dada pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008)*

§ 1º As condutas previstas no *caput* serão constatadas por:

I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou

II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.760, de 20/12/2012)*

§ 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios

de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.760, de 20/12/2012 e com redação dada pela Lei nº 12.971, de 9/5/2014, publicada no DOU de 12/5/2014, em vigor no primeiro dia do sexto mês após a sua publicação)

§ 3º O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia ou toxicológicos para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo. (Primitivo parágrafo único acrescido pela Lei nº 11.705, de 19/6/2008, transformado em § 3º pela Lei nº 12.760, de 20/12/2012 e com redação dada pela Lei nº 12.971, de 9/5/2014, publicada no DOU de 12/5/2014, em vigor no primeiro dia do sexto mês após a sua publicação)

Art. 307. Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento neste Código:

Penas - detenção, de seis meses a um ano e multa, com nova imposição adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre o condenado que deixa de entregar, no prazo estabelecido no § 1º do art. 293, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação.

.....
.....

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 2019

Acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.

Autor: Deputado ALCEU MOREIRA

Relatora: Deputada MARÍLIA ARRAES

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 362, de 2019, de autoria do Senhor Deputado ALCEU MOREIRA, que altera o Código Civil de modo a estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Transcorreu sem emendas o prazo regimental próprio.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Vem à apreciação conclusiva de mérito da Comissão de Seguridade Social e Família o Projeto de Lei nº 362, de 2019, de autoria do Senhor Deputado ALCEU MOREIRA, que altera o Código Civil de modo a estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.

O PL 362/2019 acrescenta o artigo 927-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave, em razão de estar sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa.

O novo dispositivo estaria assim redigido:

Art. 927-A. Aquele que causa acidente com dolo ou culpa grave, além de indenizar a vítima, responde pelos gastos dispendidos pelo Sistema Único de Saúde para socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima e de si próprio.

§ 1º O agente causador do fato também responde pelos auxílios e pensões gastos em decorrência do acidente.

§ 2º Na hipótese deste artigo, o crédito da vítima terá preferência em relação aos demais.

Entendemos, em parte, como razoável e oportuna a alteração legal prevista. Consideramos que o responsável por acidente com dolo ou culpa grave deve indenizar a vítima e também ser responsabilizado pelos gastos dispendidos pelo Sistema Único de Saúde para socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima e de si próprio.

Entretanto, vemos como equivocadas as regras dos parágrafos 1º e 2º do novo artigo 927-A, pois vão além da questão da responsabilidade civil por ato ilícito.

Nesse sentido, votamos pela aprovação da matéria, com a emenda apresentada.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada **MARÍLIA ARRAES**
Relatora

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 2019

Acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.

EMENDA Nº

Retire-se do art. 2º do projeto os parágrafos 1º e 2º:

"Art. 2º A Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 927-A:

Art. 927-A. Aquele que causa acidente com dolo ou culpa grave, além de indenizar a vítima, responde pelos gastos dispendidos pelo Sistema Único de Saúde para socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima e de si próprio. (NR)"

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada **MARÍLIA ARRAES**
Relatora

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião extraordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 362/2019, com emenda, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Marília Arraes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antonio Brito - Presidente, Marx Beltrão - Vice-Presidente, Adriana Ventura, Alexandre Padilha, André Janones, Benedita da Silva, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Dr. Jaziel, Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., Dr. Zacharias Calil, Dra. Soraya Manato, Eduardo Barbosa, Eduardo Braide, Eduardo Costa, Fernanda Melchionna, Flordelis, Geovania de Sá, Leandre, Luciano Ducci, Miguel Lombardi, Ossesio Silva, Rodrigo Coelho, Silvia Cristina, Alan Rick, Alcides Rodrigues, Chris Tonietto, Daniela do Waguinho, Denis Bezerra, Diego Garcia, Gildenemyr, Heitor Schuch, Jéssica Sales, João Roma, Luiz Lima, Mauro Nazif, Otto Alencar Filho, Paula Belmonte, Policial Katia Sastre, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Santini e Sergio Vidigal.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2019.

Deputado ANTONIO BRITO

Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 2019

Acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.

EMENDA ADOTADA

Retire-se do art. 2º do projeto os parágrafos 1º e 2º:

"Art. 2º A Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 927-A:

Art. 927-A. Aquele que causa acidente com dolo ou culpa grave, além de indenizar a vítima, responde pelos gastos dispendidos pelo Sistema Único de Saúde para socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima e de si próprio.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2019.

Deputado ANTÔNIO BRITO
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 2019

Acrescenta artigo à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, a fim de estabelecer a responsabilidade civil perante o Poder Público e a Previdência do agente que causa acidente com dolo ou culpa grave.

Autor: **Deputado ALCEU MOREIRA**

Relator: **Deputado FELIPE RIGONI**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 362, de 2019, de autoria do Deputado ALCEU MOREIRA, estabelece, por meio de inclusão de um artigo 927-A à Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), a expressa responsabilidade civil, daquele que causa acidente com dolo ou culpa grave, pelos gastos dispendidos tanto pelo Sistema Único de Saúde – SUS com socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima e de si próprio, quanto pelos regimes públicos de Previdência Social – PS com auxílios e pensões decorrentes do acidente, além da indenização da vítima, a qual atribui preferência, em relação aos demais, no recebimento de seus créditos, pelos danos que tenha sofrido, a serem pagos pelo causador do acidente.

A proposta tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) de Seguridade Social e Família - CSSF, de Finanças e Tributação - CFT (art. 54, RICD), e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (mérito e art. 54, RICD).

A CSSF deliberou pela adoção de Emenda, elaborada pela Relatora, a ilustre Deputada MARÍLIA ARRAES, retirando do Projeto tanto a previsão expressa de responsabilidade civil pelos auxílios e pensões gastos em

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211822537700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 15/12/2021 14:26 - CFT
PRL 1 CFT => PL 362/2019

PRL n.1

decorrência do acidente, daquele que lhe deu causa com dolo ou culpa grave, quanto a regra de preferência da vítima, em relação ao Poder Público, no pagamento dos seus créditos pelo causador do acidente.

O Projeto agora vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para deliberação exclusivamente quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Adicionalmente, a Emenda Constitucional nº 96, de 2016, que instituiu o denominado Novo Regime Fiscal, acrescentou ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 113, constitucionalizando a exigência



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211822537700>

* CD 211822537700 *
LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 15/12/2021 14:26 - CFT
PRL 1 CFT => PL 362/2019

PRL n.1

expressa, já prevista na LRF, de estimativa de impacto fiscal de proposta em tramitação, quando este for negativo, nos seguintes termos:

"Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro."

Da análise da matéria, observa-se que se trata de Projeto com impacto fiscal positivo para a União. De fato, a adoção da medida teria como resultado fiscal esperado o aumento de receitas públicas de indenização como resultado das ações regressivas postuladas pelos entes federativos, dentre eles a União, contra aqueles que causam acidentes com dolo ou culpa grave, responsabilizando-os pelos gastos do SUS com socorro, atendimento e tratamento à saúde e da PS com auxílios e pensões, que eventualmente decorram destes acidentes. Com efeito, acreditamos que a aprovação da proposta resolverá definitivamente, em favor dos entes federativos, essa questão de responsabilidade civil específica, que atualmente não tem solução expressa na legislação civil em vigor e já acumula quase uma década de controvérsias no mundo jurídico, conferindo assim celeridade às correspondentes ações regressivas. Portanto, consideramos o Projeto de Lei nº 362, de 2019, adequado e compatível financeira e orçamentariamente, nos termos da referida legislação fiscal.

Quanto à Emenda adotada pela CSSF, que, da proposta original, retira a previsão expressa de responsabilidade do causador de acidente provocado com dolo ou culpa grave pelos gastos com auxílios e pensões decorrentes do acidente, mas também retira a expressa preferência da vítima, em relação aos demais, no pagamento dos seus créditos pelo causador do acidente, entendemos que sua adoção tem potencial para apenas reduzir o esperado aumento das receitas públicas de indenização decorrente do texto original do Projeto de Lei nº 362, de 2019, sem contudo retirar sua qualidade de proposta adequada e compatível financeira e orçamentariamente.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211822537700>

CD211822537700
exEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Diante do exposto, **voto pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 362, de 2019, e da Emenda adotada pela CSSF.**

Sala da Comissão, de de 2021.

Deputado FELIPE RIGONI

Relator

Apresentação: 15/12/2021 14:26 - CFT
PRL 1 CFT => PL 362/2019

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Rigoni
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211822537700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 362, DE 2019

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 362/2019, e da Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Felipe Rigoni.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Marco Bertaiolli - Presidente, Alexis Fonteyne, Cacá Leão, Capitão Alberto Neto, Chiquinho Brazão, Eduardo Cury, Enio Verri, Felipe Rigoni, Flávio Nogueira, Gilberto Nascimento, Giovani Feltes, Joice Hasselmann, Júlio Cesar, Luis Miranda, Luiz Lima, Mauro Benevides Filho, Newton Cardoso Jr, Pedro Paulo, Sanderson, Vermelho, Aelton Freitas, AJ Albuquerque, Alceu Moreira, Bia Kicis, Denis Bezerra, Domingos Neto, Eduardo Bismarck, Evair Vieira de Melo, Glaustin da Fokus, Guiga Peixoto, Hercílio Coelho Diniz, Maurício Dziedricki, Merlong Solano, Otto Alencar Filho, Paula Belmonte, Sergio Souza, Vitor Lippi, Zé Neto e Zé Silva.

Sala da Comissão, em 11 de maio de 2022.

Deputado MARCO BERTAIOLLI
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marco Bertaiolli
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227202886800>

